

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU realiza, ao longo do ano, diversos eventos esportivos de abrangência regional, nacional e internacional, reunindo grande número de estudantes-atletas, equipes técnicas, árbitros e público em geral. Considerando a natureza e a dimensão desses eventos, torna-se imprescindível garantir condições adequadas de segurança e pronto atendimento em situações de emergência médica.
- 2.2. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de ambulância, sob demanda, justifica-se como medida preventiva e de proteção à saúde e à integridade física dos participantes, atendendo às exigências de boas práticas de gestão esportiva e aos protocolos de segurança aplicáveis.
- 2.3. Assim, a medida mostra-se necessária e adequada, assegurando que a CBDU disponha de suporte médico de emergência em tempo hábil, preservando o bem-estar dos envolvidos e fortalecendo a credibilidade institucional da entidade na organização de seus eventos.

3. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

- 3.1. Nos termos da Política de Compras da CBDU, a presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva e precisa, mediante especificações usuais e correntes no mercado.
- 3.2. A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se, ainda, por ser modalidade que garante ampla competitividade, possibilitando a participação do maior número possível de fornecedores, em âmbito nacional, promovendo a isonomia entre os participantes.
- 3.3. Adicionalmente, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço, em conformidade com o princípio da economicidade, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a CBDU, assegurando transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 4.1. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) é a forma mais adequada para este objeto, pois não é possível definir previamente o quantitativo a ser contratado, em razão das variações de público e da dinâmica dos eventos da CBDU. O art. 61, parágrafo único, da Política de Compras da entidade autoriza o uso do SRP em situações de demandas incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 4.2. Assim, o SRP garante maior flexibilidade e eficiência, permitindo contratações futuras e eventuais conforme a necessidade real do evento. Além disso, evita custos desnecessários, assegura agilidade na disponibilização do serviço e garante que o fornecimento esteja sempre alinhado às necessidades da CBDU, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 5.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 6.1. As especificações das ambulâncias são as abaixo descritas:

DESCRIPTIVO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANT.
Ambulância Tipo D Locação de ambulância tipo D (Suporte Avançado), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. Os serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) motorista. Suporte Avançado — atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos.	DIÁRIAS	25
Ambulâncias Tipo C Locação de ambulância tipo C (Ambulância de Resgate), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. Os serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) enfermeiro, 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) motorista. Ambulância Resgate – Utilizada para resgate e atendimento de vítimas de acidentes, com equipamentos de socorros onde for necessário.	DIÁRIAS	22
Ambulâncias Tipo B Locação de ambulância tipo B (Suporte Básico), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. Os serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) motorista. Ambulância de Suporte Básico — Realiza transporte de pacientes com risco de vida desconhecido, contendo equipamentos mínimos para a manutenção da vida, exceto os materiais de salvamento.	DIÁRIAS	55

6.2. Informações complementares:

6.2.1. A alimentação, hospedagem e transporte da tripulação, bem como o abastecimento do veículo será a cargo da CONTRATADA.

6.2.2. A Ambulância deverá chegar no local com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao início das atividades.

6.2.3. Todos os veículos deverão possuir seguro contra acidentes, licença anual em dia e estar em perfeito estado de conservação (no máximo com 5 anos de fabricação).

6.2.4. Todos os veículos deverão possuir todos os documentos necessários pela legislação para transitar em território nacional.

6.2.5. Os equipamentos e acessórios deverão ser novos ou com ano de fabricação igual ou inferior a 02 (dois) anos de uso, e estar em perfeita condições, e ainda, corresponder às especificações contidas neste Termo de Referência.

6.2.6. Estimativa por dia, será conforme quadro exemplificativo abaixo (podendo haver alterações).

	Ambulâncias Diárias de 12h																		
	PRÉ EVENTO						PERÍODO EVENTO												
	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui
	01/out	02/out	03/out	04/out	05/out	06/out	07/out	08/out	09/out	10/out	11/out	12/out	13/out	14/out	15/out	16/out	17/out	18/out	19/out
Ambulâncias Tipo D	-	-	-	-	1	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	-
Ambulâncias Tipo C	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-
Ambulâncias Tipo B	1	1	1	1	2	2	4	4	4	4	4	2	4	4	4	4	4	4	1

6.2.6.1. A planilha com a utilização diária será enviada com antecedência de 24h.

6.2.7. A CONTRATADA deverá ter disponível no mínimo:

- 02 (dois) ambulâncias tipo D por dia para atender as demandas da CBDU, ficando a critério da CBDU informar a quantidade de veículos com a devida antecedência.
- 03 (três) ambulâncias tipo C por dia para atender as demandas da CBDU, ficando a critério da CBDU informar a quantidade de veículos com a devida antecedência.
- 05 (cinco) ambulâncias tipo B por dia para atender as demandas da CBDU, ficando a critério da CBDU informar a quantidade de veículos com a devida antecedência.

7. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço conforme determinações deste Termo de Referência, orientações, locais e prazos especificados na Ordem de Serviço enviada pela CONTRATANTE, com previsão da prestação do objeto nos locais de competição/evento, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

- 7.2. O preço ofertado pela contratada deverá contemplar todas as despesas de deslocamento e alimentação da equipe, combustível, tributos e demais encargos incidentes até a efetiva prestação no endereço indicado na Ordem de Serviço.
- 7.3. As ambulâncias serão requisitadas de acordo com as necessidades da CBDU, ficando a CONTRATADA na obrigatoriedade de disponibilizar os veículos nos períodos definidos pela CBDU.
- 7.4. A CBDU poderá solicitar a execução de itens simultâneos para o mesmo local e período de acordo com a sua necessidade.
- 7.5. O serviço será prestado na cidade de Natal/RN.
- 7.6. Poderá haver mudança no local da prestação, sendo informado à CONTRATADA em tempo hábil, podendo ser inclusive solicitado o deslocamento da ambulância para outro endereço diferente do inicialmente solicitado, durante a execução do serviço compreendido dentro da diária, conforme a necessidade da CBDU.

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O recebimento dos serviços se dará da seguinte forma:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
 - b) definitivamente, por funcionário designado, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.2. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta a autorizar o pagamento dos serviços.
- 8.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.
- 8.4. A CBDU rejeitará o serviço prestado em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que a prestação foi executada em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CBDU notificarão a contratada para que providencie a correção necessária dentro do prazo de 02 (duas) horas, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 8.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada em face da eventual existência de vícios redibitórios, vícios ocultos, vício ou fato do serviço, ainda que verificados posteriormente ao recebimento provisório ou definitivo.
- 8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Serão obrigações da contratada, cumprir os termos previstos neste Termo de Referência e no contrato ou outro documento equivalente, além de responder todas as consultas feitas pela CBDU no que se refere ao atendimento do objeto;
- 9.2. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas estabelecidas na Política de Compras da CBDU.
- 9.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 9.4. Observar toda legislação específica aplicável ao item de seu fornecimento, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas das Concessionárias de Serviços Públicos, Órgãos Competentes e Normas de Segurança, observando as especificidades do local da prestação, ainda que não previstas neste Termo.
- 9.5. Apresentar certificado de Registro de Pessoa Jurídica válido, em nome da CONTRATADA, expedido pelo Conselho Regional de Medicina de sua Região, conforme previsto na Resolução nº 1.980/2011 do Conselho Federal de Medicina.
- 9.6. Apresentar Alvará Sanitário da sede da Empresa
- 9.7. Atender às normas técnicas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço.
- 9.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, bem como registrados e regulares nas entidades competentes para a fiscalização do exercício de sua profissão, em razão da atividade pela qual presta serviço, quando aplicável.
- 9.9. Fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, ou não, para a execução dos serviços.
- 9.10. Manter os profissionais adequadamente trajados e devidamente identificados nas dependências do evento.

- 9.11. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal da CBDU.
- 9.12. Não permitir que qualquer funcionário se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.
- 9.13. Arcar com todos os tributos, encargos sociais, obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- 9.14. Utilizar veículos que se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, devendo ser obedecidas todas as normas correlatas do Poder Público, com a documentação regularizada, com os sistemas de segurança necessários, dispondo de motorista profissional, treinado e habilitado na respectiva categoria.
- 9.15. Substituir o veículo na hipótese de problemas mecânicos ou de outra natureza, que venha a comprometer a segurança ou os trabalhos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, por outro de mesma característica e capacidade.
- 9.16. Arcar com todas as despesas relacionadas ao serviço, dentre elas: combustível, manutenção, alimentação e deslocamento da equipe/motorista, entre outras.
- 9.17. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material obrigatório em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sem ônus adicionais à CBDU.
- 9.18. Sujeitar-se à fiscalização da CBDU, no tocante à prestação do serviço, concedendo todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados concernente ao objeto do Termo de Referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.
- 9.19. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CBDU ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 9.20. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos que venham a ocorrer à CBDU ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da prestação do objeto.
- 9.21. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

- 9.22. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 9.23. Informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a CONTRATANTE, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, e-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e/ou fixo para contato.
- 9.24. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 05 (cinco dias) úteis que antecede a data da prestação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que poderá ou não ser acatado pelo gestor.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exercer a fiscalização dos serviços mediante profissionais especialmente designados para tanto.
- 10.2. Prestar as informações necessárias à plena realização dos serviços.
- 10.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 10.4. Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do objeto, com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato.
- 10.5. Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.6. Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a entrega/prestação do objeto, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega/prestação, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 10.7. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.
- 10.8. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.
- 10.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite da entrega/prestação, bem como rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a

CONTRATADA apresentar fora das especificações descritas no Termo de Referência e Ordem de Fornecimento.

10.10.A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do projeto/evento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA GARANTIA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

11.1. Todos os materiais/serviços ofertados deverão atender à Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes no que não contrariar este Termo.

11.2. No caso de vícios ou quaisquer outras irregularidades constatadas, a CBDU fornecerá ao CONTRATADO relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que sejam corrigidas.

11.3. O prazo de substituição dos produtos fornecidos que apresentarem vícios e/ou defeitos deverá ser no máximo 02 (duas) horas, contados da notificação.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto.

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexecutável. Nestes casos, a CBDU não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a empresa vencedora prestar os serviços e/ou fornecer os materiais sem ônus adicionais.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. As exigências de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme será disciplinado no edital.

13.2. No âmbito da qualificação técnica:

- a) Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, pela empresa, de contrato pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da contratação.
- b) Alvará atualizado de Licença e Funcionamento do Estabelecimento do domicílio da sede da empresa.

- c) Apresentar Registro do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Medicina local da prestação do serviço (CRM).
- d) Apresentar Alvará Sanitário para unidades móveis, expedido pelo Vigilância Sanitária do Município sede da empresa.
- e) Declaração da empresa que dispõe dos profissionais necessários para a prestação dos serviços.
- f) Declaração formal de que dispõe ou disponibilizará de instalações adequadas, material, pessoal capacitado (equipe técnica), equipamentos complementares e veículos suficientes (com reservas em caso de intercorrências) para execução do serviço no prazo desejado.
- g) Declaração de que possui Certidão de Registro e Anotação de Responsabilidade Técnica nos respectivos Conselhos Regionais (CRM - Conselho Regional de Medicina; COREN - Conselho Regional de Enfermagem) e que tais documentos serão apresentados no ato da assinatura do contrato ou outro documento equivalente.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do contrato.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a prestação do serviço, conforme solicitado na Ordem de Compras e Serviços, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.
- 15.2. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - a) Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais;
 - b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - c) Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 15.4. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
 - 15.7.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.9. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.
- 15.10. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 15.11. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 15.12. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

- 16.2. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 16.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA ADEÇÃO A ATA DE REGISTO DE PREÇOS

- 17.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo, mediante anuência do órgão gerenciador.

18. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

- 18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as empresas participantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da empresa vencedora;
- 18.2. Para registro adicional de preços das demais empresas participantes, será exigido à análise das documentações de habilitação;
- 18.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa vencedora;
- 18.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da empresa vencedora;
- 18.5. O registro adicional tem por objetivo o cadastro reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços.

19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo, será de 12 (doze) meses, contando da data da assinatura por parte da CONTRATADA, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As sanções encontram-se dispostas no Edital e no Contrato ou outro documento equivalente.

21.2. As penalidades previstas no edital e no contrato, ou outro documento equivalente, não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do processo seletivo as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção à Política de Compras da CBDU.

22.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a contratada deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A contratante poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites da Política de Compras da CBDU e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) contratada(s).

23.2. Não será admitida a subcontratação do objeto. Salvo autorização da CBDU.

23.2.1. Em sendo autorizado a subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CBDU pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

23.3. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data da rescisão.

- 23.4. Alterações nos itens registrados somente poderá ser realizada mediante comprovação da CONTRATADA de fator de impedimento por força maior, e desde que haja anuência da CONTRATANTE, substituído de igual ou superior valor quanto à qualidade e ao preço.

ALESSANDRO BATTISTE GOMES

Diretor de Esportes e Eventos